

LAURA CRISTINA DA SILVA
NEUCIRENE ALMEIDA OLIVEIRA



IDENTIDÁFRICA

ARTIGO

MARABAI XO: HISTÓRIA, CULTURA E DANÇA
COMO INSTRUMENTO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA



MARABAIXO: HISTÓRIA, CULTURA E DANÇA COMO INSTRUMENTO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

**LAURA CRISTINA DA SILVA*
NEUCIRENE ALMEIDA OLIVEIRA**

*Licenciatura em pedagogia pela faculdade ATUAL, Especialista em Docência do Ensino Superior pela faculdade META, vice presidente do conselho municipal de igualdade racial – Macapá/AP, Integrante do Fórum municipal de educação – Macapá, integrante do NEAB/UNIFAP, Integrante do núcleo de educação étnico racial da SEMED/Macapá, integrante da Rede FULANAS – Negras da Amazônia Brasileira e presidenta do Movimento Cultural Ancestrais.



Índice

03

RESUMO

04

INTRODUÇÃO

06

A EDUCAÇÃO PARA AS
RELAÇÕES ÉTNICO RACIAL

10

O MARABAIXO COMO
INSTRUMENTO
PEDAGÓGICO

22

CONSIDERAÇÕES FINAIS

24

REFERÊNCIAS



RESUMO

Há questões que são fundamentais ao processo de conclusão da nacionalidade brasileira e para o estabelecimento de uma autêntica democracia, dentre as muitas, a promoção da igualdade entre negros e brancos.

A constituição federal de 88 consagra, a expressão “afro brasileira”, abrigo assim a terminologia nascida no seio da militância negra e consagrada politicamente pelas organizações da sociedade civil, o parágrafo 1 do artigo 215 determina: “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. Efetivamente, a nacionalidade brasileira é formada por diversas etnias, porém, uma das marcas com maior incidência é a negra. O Estado brasileiro, em 9 de janeiro de 2003, promulga a Lei 10.639, sob pressão popular dos movimentos negros, altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro Brasileira”, e dá outras providências.

PALAVRAS CHAVES: dança do Marabaixo, cultura, educação



INTRODUÇÃO

O desejo de desenvolver este trabalho sob o tema “MARABAIXO: História, cultura e dança como instrumento na prática pedagógica”, surge a partir das experiências de oficinas de dança de marabaixo realizadas desde 2011 nas escolas públicas e quilombolas do Estado e Municípios de Amapá, ao perceber a falta de conhecimento da história e cultura Afro-Amapaense no espaço escolar.

Observa-se que mesmo após a implantação da lei 10.639/03 e da lei 1196/08, que garante a obrigatoriedade da história e cultura Afro Brasileira e africana no currículo oficial das escolas públicas do Brasil e do Estado do Amapá, a ausência da dança do marabaixo na prática pedagógica dos professores da rede pública de Macapá. Partindo do pressuposto de que a falta de conhecimento dos educadores sobre os fatores históricos da presença do negro no Amapá, sua contribuição para o desenvolvimento do Estado e do Brasil, e para a formação da identidade do povo afro Amapaense, mas também a presença do racismo nas relações educacionais, contribuem para a ausência da temática no cotidiano escolar.

Acredita-se que a criança possa ter acesso e envolvimento com a cultura do marabaixo, apresenta-se o assunto de forma multidisciplinar como ferramenta indispensável na educação, a cultura do marabaixo quebra as barreiras indo muito além da dança, um rompimento aos paradigmas do preconceito quando este assunto é olhado como forma de contribuição histórica e de fortalecimento para a identidade cultural da sociedade Amapaense, não se pode falar da cultura sem mencionar os fatos históricos ocorridos neste lugar.

Através da produção deste trabalho, muitos mecanismos favoráveis e de valorização direcionados as práticas pedagógicas surgiram, houve um aumento de interesse dos professores pelo tema e maior envolvimento dos alunos nas aulas, atendendo assim o que se faz valer a aplicabilidade da lei 10.639/03 no âmbito escolar deste Estado, levando a sociedade perceber o quanto é viável para a classe estudantil, em especial aos educadores se apreender desse instrumento como forma de conhecimento e que futuramente dará sentido para a educação, que com uma visão ampliada através das práticas levará o educando a não negar suas raízes, sabendo que esta negação se dá quando o indivíduo desconhece sua própria história, ou conhece esta história de forma totalmente inversa.

Espera-se que este trabalho sirva de subsídio para o Estado brasileiro e amapaense, para a sociedade civil e educacional, a fim, de incluir de fato o tema relações étnico raciais nos projetos pedagógicos e nas práticas escolares, como forma de valorização da diversidade humana e da pluralidade cultural que caracterizam nossa sociedade, possibilitando o pleno desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens, negros, brancos, indígenas e de outros grupos étnicos, para a garantia do direito de acesso e permanência na escola, bem como, sensibilizar, incentivar e subsidiar professores e profissionais da educação, para que incluam a temática “dança do marabaixo” em seus projetos pedagógicos.



1. A Educação para as Relações étnico raciais

Parte-se do pressuposto de que para alcançar sucesso nas políticas públicas de Estado, institucionais e educacionais, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagem, todos os alunos negros e não negros, assim como seus professores, precisam sentir-se acolhidos, valorizados e apoiados. Depende ainda, da reeducação nas relações entre negros e brancos, ou seja, nas relações étnico racial.

Depende, também, de uma tarefa conjunta, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico raciais não estão limitadas ao espaço escolar.

Convivem, no Brasil, de maneira tensa, a cultura e o padrão estético negro e africano e um padrão estético e cultural branco europeu. Porém, a presença da cultura negra e o fato de 53,6% da população brasileira ser composta de negros (de acordo com o censo do IBGE, 2014) não tem sido suficiente para eliminar ideologias, desigualdades e estereótipos racistas. Ainda persiste em nosso País um imaginário étnico racial que privilegia a branquura e valoriza principalmente as raízes europeias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática.

Acredita-se que para reeducar as relações étnico raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que tem sido gerado. Precisa-se entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para a frente.

Para Frantz Fanon, (2008, p. 87):

“Os descendentes dos mercadores de escravos, dos senhores de ontem, não tem, hoje, de assumir culpa pelas desumanidades provocadas por seus antepassados. Entretanto, estes tem a responsabilidade moral e política de combater o racismo, as discriminações e, juntamente com os que vem sendo mantidos à margem da sociedade, os negros, construir relações raciais e sociais sadias, na qual todos possam crescer e se realizar enquanto seres humanos e cidadãos. Não fossem por estas razões, eles a teriam de assumir, pelo fato de usufruírem das riquezas que o trabalho escravo possibilitou ao País”. (Fanon, 2008, p. 87).

Nesse sentido, a educação das relações étnico raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime. Para Munanga (2008, p. 17):

“Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas e que existem nas cabeças das pessoas (...). No entanto, cremos que a Educação é capaz de dar tanto ao jovens quanto aos adultos a possibilidade de questionar e de desconstruir os mitos de superioridade e de inferioridade entre grupos humanos que foram socializados (...) não temos dúvidas que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção de individualidades históricas e culturais das populações que formam a matriz plural do povo e da sociedade brasileira”. (Munanga, 2008, p. 17).

A questão do preconceito racial no Brasil, passa por certo escamoteamento social. Mas, de alguns anos para cá, as entidades representativas das maiorias étnicas têm feito um trabalho sistemático de denúncia contra os valores de superioridade e inferioridade racial disseminados em nossa cultura dos tempos coloniais. Uma das formas mais perversas de exclusão social em todo o mundo, o preconceito racial produz também o grave estrago da exclusão

educacional, por isso é importante que haja uma cumplicidade entre os atores buscando promover as formas inclusivas do ensino. A escola tem papel fundamental para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, a conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários.



2. O marabaixo como instrumento pedagógico

Com fundamentação na lei 10.639\03, anteriormente abordada, bem como na vivência no ambiente de forte manifestação da cultura do mar abaixo no bairro do Laguinho, espaço de famílias tradicionais da cultura negra do Amapá, e ainda, na experiência do projeto “Mara batuques” desenvolvido desde o ano de 2011 á 2014 quando atuante na secretaria de políticas públicas para os afro descendentes – SEAFRO, percebeu-se a relevância da temática, suas manifestações, simbologias, como instrumento teórico\metodológico na prática escolar no sentido de valorizar, fomentar a manifestação dos ancestrais negros/negras que fortemente tiveram e tem grande contribuição na construção e desenvolvimento do Estado do Amapá, cultura essa presente na formação da identidade do povo amapaense. De acordo com Paulo Freire (1996, p. 15) a escola não pode dissociar a prática pedagógica da realidade do educando:

“Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos... É colocado ao professor ou, mais amplamente, a escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os da classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (FREIRE, 1996, p. 15).

Durante a execução de oficinas de marabaixo realizadas nas comunidades quilombolas do Amapá: Porto do Céu, Carmo do Macacoari, São Miguel do Macacoari, São João do Maruanum nos anos de 2011 a 2014 em parceria com a SEAFRO e as escolas detectou-se não só a ausência da manifestação do marabaixo nos conteúdos curriculares como também a falta e\ou o baixo nível de conhecimento, dessa cultura que faz parte do cotidiano dos educandos das escolas dessas comunidades remanescentes de quilombos, por parte dos professores.

Afirma-se a partir desse olhar, a ausência do Estado na formação dos professores para a educação das relações étnico racial, e por outro lado, um descaso de alguns educadores em buscar conhecimento sobre a história do negro no Amapá, suas manifestações, sua contribuição nas diferentes áreas e como relacionar esse saber no currículo das distintas disciplinas. Ressalta-se a forte presença do racismo, manifestado de uma maneira cordial no aparelho das instituições educacionais que acabam dificultando, muitas das vezes, a prática pedagógica de professores que experimentaram e tentam trabalhar os conteúdos para as relações étnico racial em suas disciplinas. Cabendo ao professor a difícil tarefa de romper com a discriminação e com o preconceito étnico racial institucionalizado, como bem afirma Paulo Freire:

“Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação, é próprio a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho não é apenas o cronológico. O velho que preserva a validade ou que encarna uma tradição ou marca uma presença no tempo continua novo.”
(FREIRE, 1996, p. 17).

Ao desenvolver as oficinas de marabaixo nas escolas da zona urbana a partir de agosto de 2016 em parceria com a SEMED percebeu-se o interesse de alguns professores pelo tema, porém, uma lacuna de conhecimento sobre a cultura do mar abaixo, fato que também foi observado durante os trabalhos realizados nas escolas quilombolas no período de 2011 a 2014. Nesse sentido, afirma-se que há uma necessidade urgente que o Estado garanta a formação continuada para os professores da rede pública e privada, e vou mais além ao acreditar na relevância da temática da educação para as relações étnico racial nas universidades e faculdades por ser essas instituições que preparam os educadores.

É importante frisar a experiência da gestão de 2011 á 2014 que deu um importante passo na garantia da efetivação da lei 10.639\03 com projetos exitosos: ofereceu curso de especialização em história e cultura afro brasileira e africana para 120 educadores do quadro do Estado em parceria com a faculdade ATUAL** , garantindo vagas para entidades da sociedade civil que defendem os direitos humanos dos afro descendentes e atuam na área da educação, através do NEER, SEED e SEAFRO.

O prêmio SEAFRO – educação étnico racial na escola é coisa séria, também realizado na gestão 2011 a 2014, em parceria com as instituições anteriormente citadas, além da UNIFAP, UEAP, conselho de educação e quilombos, reuniu várias escolas das áreas quilombolas e da zona urbana de Macapá, tinha o objetivo de premiar, incentivar, valorizar, fomentar experiências de projetos pedagógicos voltados para a educação das relações étnico racial pelas escolas, o projeto envolveu diretamente os educandos, professores, diretores, todo o corpo técnico das escolas, os educandos sentiam-se motivados e valorizados ao fazerem demonstrações da cultura afro amapaense, afro brasileira e africana para um público que envolvia a comunidade, família, movimentos sociais, escola, gestores governamentais.

Entretanto, a partir do ano de 2015, tais projetos deixaram de ser realizados, nesse período podemos destacar oficinas de marabaixo nas escolas municipais realizadas pela SEMED. Destaca-se ainda os encontros de educadores quilombolas (NEER, conselho de educação), bem como a

** ATUALMENTE É FACULDADE DE MACAPÁ - FAAP

relevante atuação da UNIFAP através do NEAB que vem garantindo formação para educadores, sociedade civil, acadêmicos.

No campo da educação das relações étnico racial o movimento de mulheres negras, com olhar para o IMENA, firmou em 2002 uma parceria com a Escola Paulo Freire, constituindo assim a escola de alfabetização de jovens e adultos, que funcionou por um período no Centro de Cultura Negra do Amapá – CCN. Assim como a realização de palestras em escolas até a galgar bolsa de estudos fora do estado do Amapá. Outro olhar foi com relação à pesquisa e o acesso à informação para diferentes públicos, em sua ação política implantaram a Biblioteca e Centro de Documentação Açucena, tendo o tema racial como o foco principal. Ocupou o assento na Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros (CADARA) assim como participou ativamente no processo de implementação do Fórum de Educação étnico Racial do Amapá.

Nesse sentido afirma-se que a história do afro amapaense, do marabaixo não pode ficar dissociada do cotidiano e do currículo formal das escolas, faculdades e universidades, por fazer parte da construção da identidade dos amapaenses, é uma manifestação cultural popular afro amapaense, que tem suas origens nas diferentes etnias que foram transportadas de suas terras de origem para o Brasil, especificamente aos que vieram para o Amapá, é uma mistura de dança, religiosidade e ancestralidade africana que tem resistência e determinação. A dança do marabaixo é seguida pelas caixas fabricadas artesanalmente, na sua maioria fabricadas pelos próprios tocadores harmoniosamente numa relação tocador\tocadora e cantor\cantora. A roda gira em sentido ante – horário e pernas a repuxar pernas. A dança foi incentivada nos navios negreiros pelos colonizadores, a fim de desentorpecer e afugentar o

banzo, dessa forma o negro em meio a dor dá início a proliferação de uma cultura em comunhão ao ritmo do som do tambor, segundo Júnior (2000, p.114):

“Tomados de torpor e melancolia, eram levados aos convés para respirar o ar puro, banhar-se e sobretudo dançar. A dança era obrigado para desentorpecer os membros e afugentar o banzo, psicose depressiva casada pela nostalgia e os sofrimentos contínuos. As mulheres eram separadas dos maridos e familiares”.
(FONSECA JÚNIOR, 2000, P. 114).

Como manifestação de matriz africana, o marabaixo, homenageia a santíssima trindade e o divino espírito santo, seu ciclo inicia no sábado de aleluia, no bairro Santa Rita (favela), e no domingo, no bairro do Laguinho, seguindo um calendário próprio. As músicas, conhecidas como ladrões de mar abaixo, retrata o cotidiano transmitido na oralidade de forma subliminar, os toques e levadas das caixas se distinguem, entre tocadores das comunidades, uns em um ritmo mais lento, outros em um ritmo mais reto, esse fato ocorre pela influência regional de origens africanas.

Foi, mais precisamente, em 13 de setembro de 1943 a partir da transformação do Amapá em território federal, em meio a segunda guerra Decisão que se transforma em um marco para a história do afro amapaense, já que para colocar em prática o projeto de desenvolvimento governamental, Janary e sua equipe técnica reserva a área territorial da frente da cidade, área até então habitada pela população negra, foram então em nome do desenvolvimento, deslocados para lugares mais distantes como os campos do Laguinho e para a favela, um fato sócio econômico e político lembrado na letra do ladrão de marabaixo (cantiga):

“Aonde tu vais rapaz por este caminho sozinho, vou fazer minha morada, lá nos campos do Laguinho...”

Tal fato mostra uma diáspora afro amapaense, no momento, que as famílias são obrigadas a se retirarem de seu habitat para dar lugar as autoridades vindas de outros lugares e aos prédios onde funcionariam instituições públicas e palacetes. Por um lado famílias se dividiram, por outro, fortaleceu os laços culturais, o tocar das caixas do mar abaixo passaram a ecoar nos campos do Laguinho e na Favela.

É de fundamental importância enfatizar que além do ladrão (Cantiga) de mar abaixo “Onde tu vai rapaz “se destaca também o ladrão “A irmã Catita “, que relata em seus versos a história do primeiro avião que pousou no antigo Território de Amapá, o fato aconteceu em 1923, e deu origem cantiga composta por Mestre Eufrásio.

O avião era de modelo catalina, anfíbio, próprio para descer em rios e em terra. Na época não existia aeroporto, então resolveram descer sob as águas do rio Amazonas, na frente da cidade, despertando através do barulho a curiosidade dos habitantes do lugar, e assim Mestre Eufrásio se pôs a versar diante dos acontecimentos, como diz Josefa Ramos (tia zefa), hoje com cem anos: Vem ver a irmã catita ver o salão, Assim atracada assim eu não subo não, Corram, Corram minha gente. Vamos na praça espiar o barulho vem de cima, É n’água que vai pousar.

Em seguida, todos correram para o Torrão, lugar onde hoje está localizado o Novo Hotel de Macapá, então o velho Eufrásio observando que os ocupantes da aeronave eram todos alemães, pegou um guarda-chuva e foi ao seu encontro, na cidade tinha o Padre Júlio Maria Lombaerde, de nacionalidade alemã, que ao conversar com um dos tripulantes, soube que

a gasolina do avião havia acabado, e que estavam perdidos. Foram encontrados pelo padre Júlio, ficaram no aguardo da enchente da maré, enquanto estava a espera os tripulantes do avião abriram a porta do mesmo para a visita do público. Então as pessoas foram até o avião mais não sabiam como entrar. Um cidadão prontificou-se a auxiliar, ao tentar subir uma senhora de nome irmã Catita no avião, ela disse: “Atracada assim eu não subo não “. Assim surgiu uma das mais tradicionais cantiga das rodas da manifestação cultural o mar abaixo, mais a referida cantiga não causou sentimento de raiva na irmã Catita, pois a mesma já mais imaginou que havia um dos poetas da manifestação por perto. Fernando Canto fez uma crônica em 2016 denominada “a chegada do primeiro avião em Macapá”.

A cultura do mar abaixo tem elementos próprios. Cabe ressaltar a importância e significado de cada um: Coroas - são peças fundamentais no contexto da manifestação cultural, são apresentadas em prata, enfeitadas com fitas nas cores que a identificam e definem. A Coroa do Divino Espírito Santo tem tamanho equivalente a 40 centímetros de altura, se destaca não somente por sua beleza como pela quantidade de fitas vermelhas que representam as graças alcançadas pelos que fazem promessas, estas fitas precisam ter a altura da pessoa que teve sua graça alcançada, são amarradas na coroa como forma de agradecimento, simboliza a fé, a devoção e a tradição transmitida por gerações. Já a Coroa da Santíssima Trindade, vermelha e branca para o Divino e azul e branca para a Santíssima, no momento dos cortejos da manifestação, que acontecem nos bairros do Laguinho ou Favela, hoje Santa Rita, bairros tradicionais de Macapá, a manifestação se dá com grande referência, as bandeiras são apresentadas na disposição de linha de frente, conduzidas pelos porta bandeiras que podem ser masculino ou feminino, conduzem este estandarte, fazendo tremular como forma de exaltação e harmoniosamente tornando o cortejo cheio

de alegria de acordo com o perfil do momento que está sendo evidenciado. A murta - Arbusto que se apresenta com as suas folhagens miúdas, conhecida também como murtinha, de uma essência agradável, que referenciada pelos ancestrais traz bons fluidos, seve para enfeitar o mastro no momento do ritual do levante, durante o momento de realização dos festejos. Mastros - são troncos identificados pelos festeiros, a partir de seu aspecto, tem seu tronco sem nenhum galho ou folhagens, os galhos e as folhagens nascem no topo do tronco, sendo assim seu corpo se apresenta liso, o mastro recebe o enfeite da murta e no topo a bandeira dos santos homenageados, seu levante se dá as 07:00 horas da manhã após uma noite inteira regada a muito mar abaixo, gengibirra, o tradicional caldo de legumes e carne, e pra completar a exaltação da festa, os fogos de artifício. Caixas - Instrumento tipo tambor, usado para ser tocado e dar ritmo as cantigas, confeccionados de tocos de árvores, madeira ou materiais industrializados, cordas e couro, antigamente se aproveitava o couro dos animais para cobrir: de bode, carneiro e cobra, em especial a da sucuri, espécie de cobra grande existente na Amazônia. A caixa é tocada com duas baquetas, se usa o talabar (suporte com engate que serve para sustentar o instrumento pendurado no corpo na hora do manuseio).

Cantigas e\ou ladrão de mar abaixo - Surgia a partir de um determinado fato social, vivenciados pelos compositores ou contado por outras pessoas, na antiga cidade de Macapá, na época, eram poucos os meios de comunicação de massa no entanto, os fatos circulavam no coletivo da comunidade, principalmente no Laginho e na favela, segundo os mais antigos moradores desses bairros, esses acontecimentos eram “roubados” e transformados em cantigas, daí surge a nomenclatura “ladrão”, apresentados em forma de lamento, sátira ou até mesmo de indignação, dessa forma surgiram diversas cantigas. Ritmo - O toque do mar abaixo se apresenta em dois momentos, primeiro, o ritmo

cadenciado com as cantigas de lamento, e no segundo momento o marabaixo de rua, um ritmo bem mais acelerado, onde as dançadeiras interagem entre si saudando umas às outras, neste momento os tocadores deixam o centro da roda livre e se colocam nas laterais juntamente com as cantadeiras e os cantadores, trata-se de um momento expressivo no rosto, no olhar, no sorriso de cada componente dos grupos e associações, a forma lúdica com que esta cultura representa torna-a relevante para todos os que nela encontram o sentido de devoção, de preservar, valorizar e respeitar cada momento do ciclo de fé. A dança - é uma manifestação cultural corpórea do Estado do Amapá, essa dança deve ir além de uma simples execução de gestos, como se fosse o dançar por dançar, “O Marabaixo tem a dominação de dança dramático-religiosa de cortejo afrodescendente (VIDEIRA 2003, 2004).

Indumentárias - as mulheres usam saias rodadas e floridas, anágua, blusa, flor para o cabelo, colar, brinco, e a toalha que tem a função de enxugar o suor e cortejar quem de repente insinua adentrar a roda de marabaixo, envolvido pelo toque, pela dança e pelo canto. Para os homens calça e camisa branca, hoje é comum os homens usarem em sua camisa detalhes da estampa da saia das mulheres, chapéu de palha e a tradicional toalha, os homens usam a toalha atravessada sobre o pescoço e as mulheres pendurada no ombro. Gengibirra - Bebida tradicional da manifestação do marabaixo, feita de gengibre, cachaça, açúcar e cravo da índia, servida no momento lúdico da manifestação, na década de 40 e 50 a gengibirra passava por um processo diferenciado de confecção, era ralada, passava por um processo de fermentação e adoçada com mel de abelha, não precisava acrescentar a cachaça, pois, o processo de fermentação tem seu próprio teor alcoólico produzido pela raiz, contém vários benefícios, um deles é agir no organismo humano como anti-inflamatório, aliviando as cordas vocais, pois as cantadeiras e

cantadores passam a noite inteira cantando no momento dos festejos, nessas décadas não tinham os equipamentos de sonorização que hoje disponibilizam para o momento da manifestação.

Há por parte dos indivíduos que desconhecem a história dessa manifestação cultural, o hábito de comparar o marabaixo com o batuque, nesse sentido abre-se um parágrafo para explicar a diferença entre as duas manifestações: O Marabaixo - é a uma manifestação cultural de cunho afro e religioso, uma festa de catolicismo de preto, uma dança de lamento, das senzalas, que retrata dentro da contextualização histórica a triste travessia da África para o Brasil, onde a própria dança simboliza com o arrastar dos pés no chão a triste realidade vivida pelos negros que foram submetidos a condição de escravizado, que mesmo diante da violência da escravidão, os lamentos de dor eram expressados através do canto, acompanhado dos toques cadenciados das caixas, instrumento usado na manifestação, as realizações dos festejos do marabaixo acontece com mais frequência nas comunidades urbanas do Estado.

Batuque - com ritmo frenético, representa o momento da libertação, o sentimento de felicidade, de exaltação, um toque mais pulsante, que ultrapassa as barreiras, um ritmo que envolve, no batuque temos como instrumento: o amassador, o repinica dor, o dobrador e o pandeiro, todos confeccionados de madeira e coberto com pele de animais.

Diferente das caixas de marabaixo, os tambores de batuque a cada mão de couro (termo usado pelos tocadores), precisa ser aquecido, este aquecimento passa por uma mini fogueira, feita para os tocadores com esta finalidade, como se trata de couro de animais precisa que os mesmos festejem aquecidos para que se obtenha uma boa afinação desejado, o batuque acontece com mais frequência nas comunidades tradicionais

quilombola do Estado do Amapá.

O tema das relações étnico racial a partir da experiência e abordagem da cultura do mar abaixo tem relevância e consistência pedagógica, pois, seus conteúdos são significativos para a compreensão da realidade racial, da identidade do educando amapaense, essa proposta oferece mudanças de comportamento com relação aos grupos discriminados, contribui para a superação de visões estereotipadas e preconceituosas, além de estabelecer relações com o cotidiano do aluno, contribuindo para superar o senso comum,, move seus sentimentos e estimula a expressão de novas ideias.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lei 10.639/03, de maneira emblemática, foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, logo após tomar posse na Presidência da República, em nove de janeiro de 2003. Ao introduzir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africanas e Afro-brasileiras nas escolas, esta lei atende a demandas históricas do movimento negro brasileiro pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil e pela valorização da cultura negra.

Compreende a formação de nossa sociedade como uma construção plural, na qual todas as matrizes culturais e étnico-raciais foram e são igualmente importantes, ao mesmo tempo em que compreendemos as diversas culturas como advindas de processos históricos, é fundamental para o ensino da história em nosso país. Concordamos com Hebe Mattos (2003, p.129) quando ela afirma que “a História se apresenta como disciplina chave” para se desenvolver um trabalho em que, ao invés de “reforçar culturas e identidades de origem, resistentes à mudança, mais ou ‘puras’ ou ‘autêntica’, se busque educar para a compreensão e o respeito à dinâmica histórica das identidades socioculturais efetivamente construídas. E, para que isso seja possível, é preciso que as histórias da África, dos Africanos e das populações negras e indígenas no Brasil, em toda a sua complexidade, sejam pesquisadas e trabalhadas por professores e alunos nas salas de aula.

O tema marabaixo dança do Amapá é importante porque fortalece a história e cultura do Estado a partir da aceitação e valorização da identidade pelo corpo discente e docente do ensino básico que serão multiplicadores no espaço escolar e na sociedade. E com isso a escola se tornará um espaço onde os alunos se sentirão parte integrante do ensino aprendizagem por ensinar a partir do modo de vida, história e cultura da comunidade em que estão inseridos.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Nilson Montoril. Maracima, **Marabaixo: De ladrão em ladrão a saga de uma nação**. Confraria Tucujú. Macapá/Amapá, 2004;

BRASIL. Parâmetro Curricular Nacional. **Língua Portuguesa. Ensino Fundamental, terceiro e quarto ciclos**. Brasília: MEC/SEF, 1998;

DA MATTA, Roberto. Notas sobre o racismo à brasileira. In Jessé Souza (org.). **Multiculturalismo e racismo; uma comparação Brasil-Estados Unidos**. Brasília, Paralelo 15. 1997;

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro, Relume - Dumará. 1995;

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** / Frantz Fanon; tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à Prática Educativa: Rio de Janeiro, Paz e Terra** 1999;

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade**. 1º ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília - DF: MEC/SEF, 1996;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana.** Brasília – DF, outubro, 2004;

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2008;

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE POLÍTICAS PARA AFRO DESCENDENTES – SEAFRO. **Tambores no meio do mundo – rufar da cidadania.** Macapá – Amapá, 2012.



***MARABAIXO: HISTÓRIA,
CULTURA E DANÇA
COMO INSTRUMENTO NA
PRÁTICA PEDAGÓGICA.***



IDENTIDÁFRICA